

Trabalho em Rede e a atuação de prevenção ao uso de drogas com adolescentes: uma revisão integrativa

Networking and the prevention of drug use with adolescents: an integrative review

Creación de redes y actuación para prevenir el consumo de drogas con adolescentes: una revisión integrativa

Recebido: 07/06/2022 | Revisado: 15/06/2022 | Aceito: 23/06/2022 | Publicado: 04/07/2022

Iara Andrade de Oliveira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0852-2826>
Universidade Federal de Sergipe, Brasil
E-mail: iara.andrade.psi@gmail.com

Antonio Ailton de Sousa Lima

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5696-2255>
Universidade Federal do Ceará, Brasil
E-mail: ailtonlimah12@gmail.com

James Ferreira Moura Júnior

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0595-5861>
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, Brasil
Universidade Federal do Ceará, Brasil
E-mail: james.mourajr@unilab.edu.br

Alexandro Rodrigues Pinto

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9270-2760>
Fundação Oswaldo Cruz, Brasil
E-mail: alexandro.pinto@fiocruz.br

Luciana Sepúlveda Köptcke

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7079-6575>
Fundação Oswaldo Cruz, Brasil
E-mail: luciana.koptcke@fiocruz.br

Ana Jessica de Lima Cavalcante

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5848-4082>
Centro Universitário Maurício de Nassau, Brasil
E-mail: ajessica.cavalcante@gmail.com

Tadeu Lucas de Lavor Filho

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2687-1894>
Universidade Federal do Ceará, Brasil
E-mail: tadeulucasif@gmail.com

Vilkiane Natércia Malherme Barbosa

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3048-9316>
Universidade Federal do Ceará, Brasil
E-mail: vilkimalherme@outlook.com

Resumo

A realização do trabalho em rede mostra-se eficaz em relação a prevenção ao uso e abuso de álcool e outras drogas com crianças e adolescentes, no entanto, existem muitos desafios na efetivação dessa atuação. Diante disso, essa revisão tem por objetivo analisar o trabalho em rede desenvolvido com adolescentes para a prevenção ao uso de drogas na produção científica de artigos no contexto brasileiro. Para tanto, foi realizada uma investigação sobre as publicações no período de 1 de janeiro de 2006 até 31 de dezembro de 2020, nas bases de dados BVS e Periódico Capes. Após a avaliação dos critérios de inclusão/exclusão, foram recuperados e analisados 6 artigos. Os achados foram organizados em dois eixos temáticos em que tratavam-se sobre o trabalho intersetorial e o trabalho em rede com adolescentes. Destaca-se que um grupo de artigos tratava mais especificamente sobre “Compreensão dos atores sobre drogas e seus impactos no trabalho em rede”, e outro grupo, sobre “Diagnóstico e avaliação de programas com enfoque no trabalho em rede”. De maneira ampliada, foi possível apreender que a importância do trabalho em rede era percebida pelos participantes das pesquisas, porém variadas dificuldades eram apresentadas para a realização deste trabalho. Observou-se também a escassez de atuações relacionadas à prevenção ao uso e abuso de drogas e à promoção de saúde, constatando-se a necessidade de maior desenvolvimento de atuações práticas na área.

Palavras-chave: Drogas; Trabalho em rede; Trabalho intersetorial; Adolescência.

Abstract

Networking has proven to be effective in preventing the use and abuse of alcohol and other drugs with children and adolescents, however, there are many challenges in the effectiveness of this action. Therefore, this review aims to analyze the networking developed with adolescents for the prevention of drug use in the scientific production of articles in the Brazilian context. To this end, an investigation was conducted on publications from January 1, 2006 to December 31, 2020, in the BVS and Periódico Capes databases. After evaluating the inclusion/exclusion criteria, 6 articles were retrieved and analyzed. The findings were organized into two thematic axes that dealt with intersectorial work and networking with adolescents. It is noteworthy that a group of articles dealt more specifically with "Understanding of actors about drugs and their impacts on networking", and another group, about "Diagnosis and evaluation of programs focused on networking". In a broad way, it was possible to apprehend that the importance of networking was perceived by the research participants, but several difficulties were presented for the accomplishment of this work. It was also observed the scarcity of actions related to the prevention of drug use and abuse and to health promotion, confirming the need for further development of practical actions in the area.

Keywords: Drugs; Networking; Intersectorial work; Adolescence.

Resumen

El trabajo en red ha demostrado ser eficaz en la prevención del uso y abuso de alcohol y otras drogas con niños y adolescentes, sin embargo, hay muchos desafíos en la eficacia de esta acción. Teniendo en cuenta esto, esta revisión tiene como objetivo analizar el trabajo en red desarrollado con los adolescentes para la prevención del uso de drogas en la producción científica de artículos en el contexto brasileño. Para ello, se realizó una investigación sobre las publicaciones en el período comprendido entre el 1 de enero de 2006 y el 31 de diciembre de 2020, en las bases de datos de la BVS y del Periódico Capes. Tras evaluar los criterios de inclusión/exclusión, se recuperaron y analizaron seis artículos. Los resultados se organizaron en dos ejes temáticos que trataban del trabajo intersectorial y del trabajo en red con los adolescentes. Cabe destacar que un grupo de artículos trató de forma más específica la "Comprensión de los actores sobre las drogas y sus impactos en el trabajo en red", y otro grupo, sobre el "Diagnóstico y evaluación de programas enfocados al trabajo en red". A grandes rasgos, se pudo aprehender que la importancia del trabajo en red fue percibida por los participantes de la investigación, pero se presentaron diversas dificultades para la realización de este trabajo. También se observó la escasez de acciones relacionadas con la prevención del uso y abuso de drogas y la promoción de la salud, señalando la necesidad de seguir desarrollando acciones prácticas en el área.

Palabras clave: Drogas; Trabajo en red; Trabajo intersectorial; Adolescencia.

1. Introdução

A realização do trabalho em rede mostra-se eficaz para o trabalho de proteção de crianças e adolescentes em diferentes áreas da vida (Costa & Brigas, 2007; Ferreira et al., 2012). Essa estratégia de trabalho permite a descentralização para a tomada de decisões e a concretização de ações. As ações e decisões são realizadas integrando múltiplos setores, seja em aspectos macro, no caso de diferentes políticas públicas, ou em aspectos internos de articulações para intervenções específicas, e consideram diferentes níveis de complexidade e especificidade, por exemplo, jurídico, educacional, saúde e assistência social. Assim, o trabalho em rede demanda uma integração entre setores, instituições e pessoas. Isso pode contribuir na resolutividade de problemas e no acesso aos direitos de crianças e adolescentes (Costa & Brigas, 2007).

Para tanto, ao falar sobre trabalho em rede, especificamente, em contextos escolares, pôde-se entender como uma atuação intersectorial com os diversos atores que constituem o território da escola (Costa & Brigas, 2007). Essa atuação deve ser realizada levando em conta, de fato, os saberes e experiências múltiplas, não apenas um conjunto de ações entre setores diferentes. E isso inclui um exercício de gestão que deve influenciar na formulação do modo de trabalho em articulação com diferentes políticas públicas (Ferreira et al., 2012).

Nesse sentido, ao falarem de intersectorialidades, Akerman et al. (2014) apontam a necessidade de se construir uma agenda que facilite um desenvolvimento de ações intersectoriais. Os autores propõem que o desenvolvimento dessa agenda deve partir de construções teóricas que se tornem práxis de diferentes governos, e não como apenas experimentos que se desenvolvem a cada gestão pública. Ainda de acordo com Akerman et al. (2014), destaca-se que apesar de a intersectorialidade ser um tema muito comentado nos contextos de gestões públicas, ainda não existe um marco teórico que oriente as práticas, as pesquisas e as avaliações, embora diversos métodos sejam divulgados como propostas. Assim, encontra-se um ativismo intersectorial que ainda não se fundamenta de forma a influenciar novas políticas públicas seguindo uma práxis específica (Ferreira et al., 2012).

Entretanto, variadas propostas de trabalho são desenvolvidas buscando um maior alinhamento entre diferentes setores e uma atuação em rede (Arkerman et al., 2014; Ferreira et al., 2012). Como situa Costa et al (2006), para responder às necessidades da população, é necessário uma mudança de uma lógica setorial para uma atuação em rede, de modo intersetorial.

Por meio da Portaria Interministerial entre o Ministério da Educação (MEC) e o Ministério da Saúde (MS), foi construída a Política Nacional de Educação em Saúde na Escola que serviu de embasamento para o desenvolvimento do Programa de Saúde na Escola (Ferreira et al., 2012). De acordo com o decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007, o Programa Saúde na Escola (PSE) tem como finalidade contribuir para a formação integral dos estudantes da rede pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde (Brasil, 2007).

Além disso, de acordo com o artigo 3º do mesmo decreto: “O PSE constitui estratégia para a integração e a articulação permanente entre as políticas e ações de educação e de saúde, com a participação da comunidade escolar, envolvendo as equipes de saúde da família e da educação básica” (Brasil, 2007). Dessa forma, o programa prevê uma atuação em rede e de integração intersetorial. Entretanto, as participações da saúde e da educação no PSE não se mostraram equitativas (Ferreira et al., 2012).

Ademais, apesar da existência desse programa, diferentes problemáticas persistem no contexto de vida de crianças e adolescentes em situação escolar e de vulnerabilidade, um deles é o uso abusivo de álcool e outras drogas. De acordo com a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (Pense), entre 2,6 milhões de estudantes que cursavam o 9º ano do ensino fundamental em 2015, 55,5% havia consumido uma dose de bebida alcoólica alguma vez na vida, e 9,0% tinham experimentado drogas ilícitas. Além disso, em relação aos últimos 30 dias antes da pesquisa, 23,8% dos estudantes tinham feito uso de álcool e 4,2% de drogas ilícitas (Ibge, 2017).

Esses percentuais supracitados aproximam-se dos percentuais da população brasileira. Para critérios comparativos, de acordo com o III Levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas pela População Brasileira (Bastos, 2017), 30,1% da população de 12 a 65 anos declarou ter consumido bebida alcoólica nos 30 dias anteriores à pesquisa, e 3,2% declarou ter consumido alguma droga ilícita nos 12 meses anteriores à pesquisa.

Em 2006, foi sancionada a lei nº 11.343 em que, institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad), de acordo com o artigo 1º “prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas e define crimes” (Brasil, 2006). Um aspecto relevante do Sisnad é que ele não propõe uma abordagem somente repressiva, mas indica a articulação, integração, organização e coordenação de atividades relacionadas com a prevenção ao uso de drogas.

Seguindo diretrizes relevantes que se apresentam tanto no PSE como nas proposições do Sisnad, a partir de uma parceria entre o Programa de Estudos e Atenção às Dependências Químicas – Prodequi/UnB, em parceria com o Ministério da Educação e a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad) do Ministério da Justiça, foi desenvolvido o Curso de Prevenção do Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas, que existe desde 2008 (Souza et al., 2018).

Em 2018, o curso adquiriu uma nova roupagem, mas mantendo o mesmo objetivo. Assim, passou a ser realizado pela Fundação Oswaldo Cruz-Brasília e pela Universidade de Brasília (UnB) em parceria com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, por intermédio das Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP e Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas – SENAD, o mesmo foi renomeado para “Curso de Saúde e Segurança na Escola” (Fiocruz/ Senad, 2019).

Essas ações possuem intuito de contribuir na melhoria da atuação em relação a prevenção ao uso e abuso de álcool e outras drogas no contexto escolar, considerando ações em rede e integradas entre diferentes setores. No entanto, são diversos os desafios para a efetivação dessa atuação (Souza et al., 2018; Sudbrack, 2019). Diante disso, essa pesquisa possui como objetivo analisar o trabalho em rede desenvolvido com adolescentes para a prevenção ao uso de drogas na produção científica de artigos no contexto brasileiro.

2. Metodologia

2.1 Tipo de estudo

Esse artigo trata-se de uma revisão integrativa, assim, analisa pesquisas sobre um tema a partir de procedimentos realizados de forma sistemática e organizada. Aqui os procedimentos adotados foram propostos por Santos, Pimenta e Nobre (2007) para pesquisa baseada em evidências e seguem a estratégia PICO, acrônimo para: Population (população), Intervention (intervenção), Comparison (comparação) e Outcomes (desfechos).

Para tanto, os seguintes passos foram seguidos: (1) identificação do problema; (2) formulação de uma questão relevante; e (3) busca de evidências científicas. Assim, este estudo foi orientado pela seguinte questão: como concepções de trabalho em rede/intersetorial têm sido desenvolvidas na prática da prevenção ao uso de drogas com adolescentes?

2.2 Bases dados e termos de busca

Foram realizadas pesquisas em duas plataformas de pesquisas distintas, sendo estas o Periódico Capes e a Biblioteca Virtual de Saúde (BVS). A escolha dessas plataformas, deu-se em virtude das mesmas concentrarem grande parte da produção científica nacional em saúde, ademais são plataformas que proporcionam o alcance a artigos científicos por meio de acesso público, constituindo um veículo relevante para a divulgação de produções científicas.

As bases de dados utilizados para a investigação dessa revisão foram: SciELO, PePSIC, LILACS, Coleciona SUS, Gale Academi, PKP, ABSCOHOST. Os termos de busca com operadores booleanos utilizados foram: “trabalho em rede” OR “trabalho intersetorial” AND drogas.

2.3 Critérios de inclusão e exclusão

Foram incluídos: (1) artigos que abordaram ações ou projetos de intervenção em contexto escolar; (2) artigos publicados com relatos sobre formação ou capacitação em relação a prevenção ao uso abusivo de drogas feitos por adolescentes; e (3) artigos publicados no período de 1 de janeiro de 2006 até 31 de dezembro de 2020. O ano de 2006 foi o ano de promulgação da Lei nº 11.343 que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad (Brasil, 2006), e 2020 o ano anterior ao de realização da pesquisa.

Foram excluídos: (1) os artigos duplicados entre as bases consultadas; (2) artigos que apenas mencionaram as drogas como um assunto sem tratar dessa temática em seus objetivos ou resultados; (3) artigos que não foram publicados em periódicos em português; (4) artigos que não possuíam texto completo disponível na internet; (5) revisão integrativa da literatura, estudo de “estado da arte” ou estudo teórico; (6) artigos que não tinham sido revisados entre pares; (7) artigos publicados fora do contexto brasileiro; e por fim, (8) artigos que não apresentem relatos envolvendo adolescentes ou jovens.

2.4 Coleta de dados

Os levantamentos foram realizados em dois dias, 13 de dezembro de 2020, com busca de artigos de 2006 até 2016, e 12 de janeiro de 2021, com busca de artigos de 2016 até 2020. Todo o processo de seleção dos artigos foi executado por duas juízas, que realizaram esse trabalho de forma separada e em um segundo momento verificaram os critérios de inclusão e exclusão em conjunto.

2.5 Análise dos dados

Os artigos selecionados foram catalogados em uma planilha de Excel composta pelas colunas: título, ano de publicação, localização, periódico, objetivo, base teórica, método e resultados. As análises de dados foram feitas a partir dessas categorias. Partindo de uma análise mais detalhada do corpus, é apresentada uma descrição acerca dos temas em estudo, das bases teóricas,

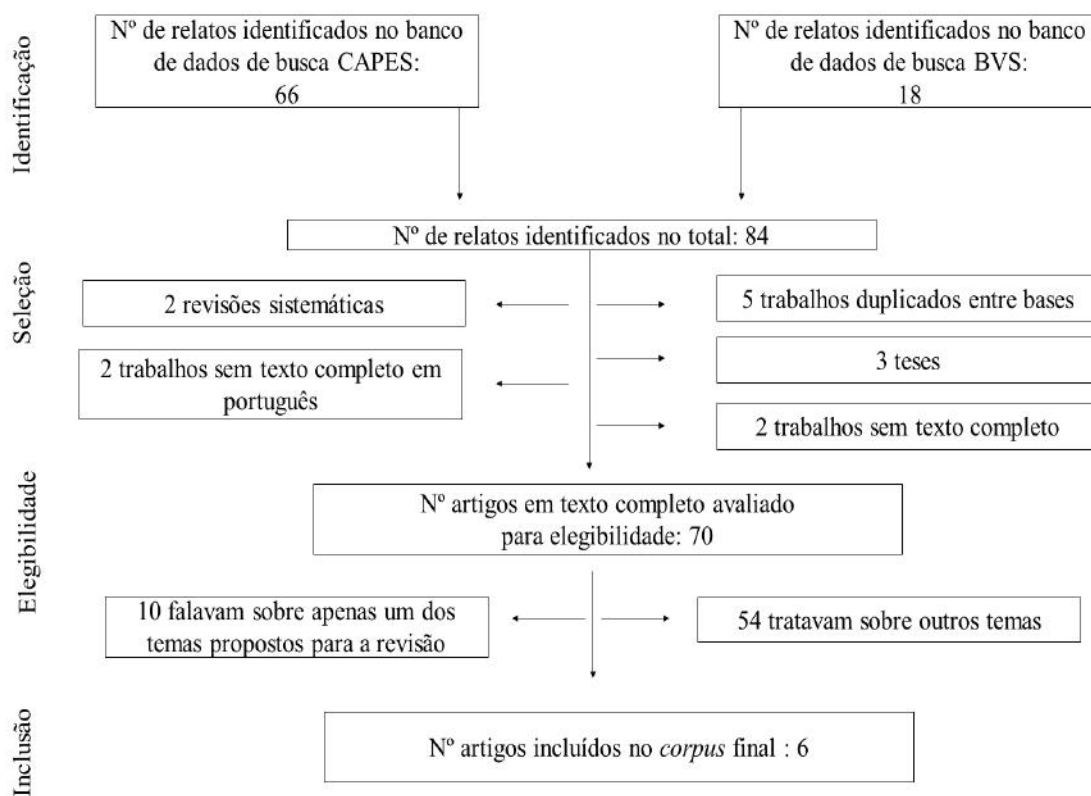
dos métodos e dos resultados encontrados. Em seguida, para a melhor compreensão dos achados, o material foi organizado em dois eixos temáticos: (1) Compreensão dos atores sobre drogas e seus impactos no trabalho em rede; e, (2) Diagnóstico e avaliação de programas com enfoque no trabalho em rede.

3. Resultados e Discussão

3.1 Descrição dos estudos

A busca inicial nas bases de dados gerou um total de 84 artigos, sendo elas: SciELO (42); PePSIC (1); LILACS (16); Coleciona SUS (2); Gale Academi (21); PKP (1); e ABSCOHST (1). Na primeira triagem, foram excluídos 5 trabalhos duplicados entre as bases, 3 teses, 2 trabalhos sem texto completo, 2 trabalhos sem texto completo em português e 2 revisões sistemáticas. Dos 70 artigos restantes, 54 não estavam relacionados com o tema proposto para a revisão e 10 discorriam apenas sobre um dos temas, por exemplo drogas ou intersectorialidade ou apresentavam a intersectorialidade apenas como proposta nas conclusões. Assim, restando 6 artigos (ver Figura 1), destacados com asterisco na lista de referências, que compuseram o *corpus* do presente estudo de revisão, correspondendo a 7,14% dos estudos encontrados nas buscas.

Figura 1 - Fluxograma do quantitativo de artigos recuperados.



Fonte: Elaborada conforme recomendação Prisma a partir dos dados da pesquisa.

Especificamente em relação às informações dos 6 artigos que compõem o *corpus* da revisão, no Quadro 1 é possível visualizar título, autoria, ano de publicação, periódico e base de dados em que foram extraídos.

Quadro 1 - Banco de Dados da Revisão Integrativa.

Nº	Título	Autores	Ano	Revista	Base de dados
1	A rede de proteção e cuidado a crianças e adolescentes do município de Betim/MG e os desafios do enfrentamento ao uso abusivo de crack, álcool e outras drogas.	Passos et al.	2016	Pesquisas e Práticas Psicossociais	BVS
2	A escola diante do aluno que faz uso de álcool e drogas: O que dizem os professores?	Cordeiro, Silva e Vecchia	2016	Pesquisas e Práticas Psicossociais	BVS
3	Oficinas de promoção de saúde com adolescentes: relato de experiência	Almeida et al.	2011	Rev Rene	BVS
4	O papel do estado no combate aos entorpecentes: análise do programa saúde na escola	Silveira e Campos	2016	Revista de Saúde e Educação	CAPES
5	Desafios da Intersetorialidade na Implementação de Programa de Prevenção ao Uso Abusivo de Drogas	Peres, Grigolo e Schneider	2017	Psicologia: Ciência e Profissão	BVS
6	Uso de crack e outras drogas: percepção familiar em relação à rede de suporte em um centro de referência	Henriques et al.	2018	Ciência & Saúde Coletiva	CAPES

Fonte: Elaborada a partir de dados da pesquisa.

Observa-se, quanto aos anos de publicação, que, apesar do período de publicação pesquisado ter sido de 2006 até 2020, apenas a partir do ano de 2011 foram encontrados artigos que tratam sobre o trabalho intersetorial/trabalho em rede acerca das drogas com adolescentes. Observou-se, também, que 2016 foi o ano com o maior número de publicações, três.

Em relação ao método das pesquisas encontradas, é possível observar que todos os artigos incluídos no *corpus* final da revisão utilizaram métodos qualitativos para alcançar seus objetivos. Detalhando ainda mais sobre os métodos, um artigo (n1) é uma pesquisa-ação; outro (n3) é um relato de experiência; e um artigo (n4) utiliza, além do método qualitativo, também, o quantitativo.

Acerca da diversidade regional da filiação institucional, foi possível observar que nos artigos incluídos, os e as autores(as) eram das regiões pesquisadas. Desse modo, a análise das produções teve como resultado que apenas um artigo (n2) foi proveniente da região Nordeste, um (n5) da região Sul e os outros quatro (n1, n2, n4 e n6) da região Sudeste. Nenhum dos achados foi proveniente das regiões Norte e Centro-Oeste.

Uma informação relevante, também, para compreensão do *corpus* é o *Qualis* (quadriênio 2013-2016), das revistas, aqui considerados a partir da área de interesse com melhor avaliação de cada revista. Distribuídos da seguinte forma: Pesquisas e Práticas Psicossociais (B2)/ Rev. Rene (B1)/ Revista de Saúde e Educação (B1)/ Psicologia: Ciência e Profissão (A2)/ Ciência & Saúde Coletiva (A1). Assim, considerando os *Qualis* de melhor avaliação, sendo estes nas áreas interdisciplinar e de ensino, as publicações foram realizadas em revista bem avaliadas de acordo com a avaliação da CAPES do Triênio 2013-2016.

Para a melhor compreensão do conteúdo dos artigos, os objetos e ferramentas metodológicas utilizadas pelos estudos em análise estão apresentados no Quadro 2.

Quadro 2 – Objetivos, ferramentas metodológicas e participantes dos estudos.

Referência	Objetivo do estudo	Ferramenta metodológica	Participantes do estudo
Passos et al. (2016)	Contribuir para o desenvolvimento do trabalho em rede intersetorial e interdisciplinar por meio da realização de um diagnóstico situacional de uma rede de cuidados e da aplicação da Formação Cruzada como estratégia para ampliar o conhecimento dos atores dessa rede em relação ao seu fazer cotidiano e possível fortalecimento da rede.	Entrevista individual, oficinas e Inventário de crenças e atitudes	Profissionais, representantes de diferentes serviços das redes de saúde, saúde mental e de proteção e garantia de direitos de crianças e adolescentes do município.
Cordeiro, Silva e Vecchia (2016)	Compreender como o tema drogas é tratado por professores de duas escolas públicas de um município da macrorregião administrativa do Campo das Vertentes, Minas Gerais.	Questionário sociodemográfico e Grupo Focal.	Professores do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental de duas escolas públicas: uma em que o uso prejudicial de drogas era um problema emergente e de difícil manejo e outra em que o uso prejudicial, de alguma forma estava equacionado.
Almeida et al. (2011)	Descrever o desenvolvimento de oficinas com adolescentes em um espaço promotor de saúde, a escola.	Estudo descritivo	Composta por alunos do nono ano de uma Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio, localizada no município de Fortaleza-CE. Uma enfermeira, uma cirurgiã dentista, e uma aluna do Curso de medicina, participantes do Programa em Educação para o Trabalho em Saúde (PET Saúde).
Silveira e Campos (2016)	Analisar o funcionamento do Programa Saúde na Escola no CIEP 146-Cordelino Teixeira Paulo, pertencente à Rede Estadual de Ensino, localizado na cidade de São Pedro da Aldeia (RJ), com o fim de verificar a sua efetividade.	Questionário e entrevista.	Diretores, alunos e responsáveis que participam do projeto no CIEP 146-Cordelino Teixeira Paulo, localizado no município de São Pedro da Aldeia (RJ).
Peres, Grigolo e Schneider (2017)	Analisar as percepções dos profissionais e gestores da saúde e educação sobre a articulação intersetorial para a implantação de um programa de prevenção ao uso de drogas.	Entrevistas semiestruturadas e grupos focais.	Profissionais da educação, de saúde e articuladores do Programa Saúde na Escola (PSE) de três escolas municipais e três UBS no município de Florianópolis – SC e gestores municipais.
Henriques et al. (2018)	Compreender os sentimentos e as percepções dos familiares sobre a rede de apoio, cuidado e tratamento dos filhos usuários de crack e outras drogas acompanhados em um centro de referência.	Entrevistas.	Pais ou responsáveis legais de crianças e adolescentes que fazem uso de crack e outras drogas e são acompanhadas no Centro de Referência em Saúde Mental Infante-Juvenil (CERSAMi) de Belo Horizonte, Minas Gerais.

Fonte: Elaborada a partir de dados da pesquisa.

Com base no Quadro 2, é possível verificar a escassez de estudos e variabilidade metodológica entre os achados. Entretanto, a variabilidade de participantes é algo perceptível entre as pesquisas, que incluem, profissionais de saúde e de educação, adolescentes, alunos e responsáveis. Outro aspecto comum às pesquisas, é a investigação em escolas públicas e/ou que envolvam público em situação de vulnerabilidade social.

Partindo desses achados e tendo em vista o objetivo dessa revisão, analisar o trabalho em rede desenvolvido com adolescentes para a prevenção ao uso de drogas na produção científica de artigos no contexto brasileiro; os artigos foram organizados em dois eixos temáticos: *Compreensão dos atores sobre drogas e seus impactos no trabalho em rede* (Cordeiro et al., 2016; Peres et al., 2017; Henriques et al., 2018) e *Diagnóstico de programas com enfoque no trabalho em rede* (Almeida et al., 2011; Passos et al., 2016; Silveira & Campos, 2016). Essa divisão foi realizada tendo em vista os enfoques apresentados nos artigos, sendo os primeiros com objetivos ampliados de compreender a perspectiva de diferentes atores acerca do trabalho realizado e o segundo grupo buscando avaliar programas específicos.

3.2 Compreensão dos atores sobre drogas e seus impactos no trabalho em rede

Esse eixo é composto por artigos que investigaram a percepção de diferentes autores acerca do trabalho realizado em relação ao uso de drogas entre os adolescentes. A saber, professores (Cordeiro et al., 2016), profissionais e gestores da educação e da saúde (Peres et al., 2017) e pais ou responsáveis de crianças e adolescentes que fazem uso de drogas (Henriques et al., 2018).

Cordeiro et al. (2016) ao investigarem as opiniões de professores do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental de duas escolas públicas de Campo das Vertentes (MG), identificaram três grandes núcleos temáticos de análise. Os tópicos foram: (1) os professores encontram-se em desvantagem com relação aos deveres do Estado, família e sociedade para lidar com a questão das drogas; (2) os professores sentem-se incapazes de lidar com o problema das drogas, o que os leva a perceberem a problemática de forma banalizada nas escolas; e (3) os professores lidam com o problema do uso de drogas de modo compatível com a visão que a escola tem do aluno e da comunidade.

Acerca do primeiro núcleo temático, os professores apresentaram-se em desvantagem com relação aos deveres de outras instâncias em relação à droga. Tendo em vista a dificuldade de realizarem trabalho com outros setores, não se sentem capacitados para trabalhar sobre o tema e percebem falta de amparo das políticas públicas para casos que envolvam o assunto. Ademais, os autores apontaram, também, como aspectos que se relacionam a essas percepções a diferenciação, eles *versus* nós, entre professores e alunos, o que aumenta a hierarquização das relações e o afastamento entre docentes e discentes. Igualmente, há a culpabilização da família nas situações dos adolescentes que fazem uso de drogas.

Embora os aspectos anteriormente apontados fossem percebidos em ambas as escolas investigadas, os professores expuseram a problemática de maneira diferente a depender da escola onde foi realizado o grupo focal. Na escola que possuía problemas com o manejo no uso prejudicial das drogas, os professores expuseram situações de atuação repressivas. E, na escola em que esse uso prejudicial não era uma grande problemática, a expressão de atuação seguia um caminho de acolhimento e escuta (Cordeiro et al., 2016).

Em relação ao segundo núcleo temático, os professores apresentaram que sentiam-se incapazes de se relacionar com a problemática de drogas, apontando insuficiência na formação e desmotivação. Essa desmotivação também se mostrou relacionada a uma banalização dos casos de uso de drogas, em um sentido de desmobilização para a ação e intervenção dos professores (Cordeiro et al., 2016).

Sobre o terceiro núcleo temático, Cordeiro et al. (2016) apontaram que a maneira com a qual os professores expressavam suas opiniões sobre o assunto poderia ser relacionada à visão que a escola tem em relação aos alunos. Assim, a depender da escola, essas visões poderiam ser de culpabilização, estereotipia, medo do aluno, intolerância, abordagem repressiva ou empatia e acolhimento.

A escola que possuía mais problemáticas com o uso de drogas apresentava essas perspectivas estereotipadas e repressivas. Isso foi relacionado pelos autores ao fato de que a escola era composta majoritariamente por alunos que moravam na periferia urbana, carregada de estereótipos acerca do envolvimento com drogas. Ao passo que a outra escola possuía a maioria de alunos provenientes da zona rural, que não possuem esse estereótipo tão ligado ao uso de drogas (Cordeiro et al., 2016).

Isso pode ser relacionado a um conjunto de estigmas destinados aos jovens que moram em periferias urbanas, sendo estes relacionados à idade, à pobreza e ao local de moradia. Percebe-se aqui, que o local de moradia se impõe sobre os outros fatores na relação que é realizada entre o uso de drogas por jovens moradores de periferia, diferente do que ocorre com os jovens moradores da zona rural, mesmo esses possuindo a mesma faixa etária de idade e classe social. Isso pode ser relacionado a uma estigmatização das periferias dos centros urbanos como violentas e zonas de tráfico de drogas (Silva & Ávila, 2015).

As diferenças presentes na compreensão dos jovens entre as escolas apresentaram-se tão significativas que, duas professoras que atuavam em ambas as escolas posicionaram-se de modos diferentes ao participarem dos dois grupos focais, menos repressiva em um e mais repressiva em outro. Apesar das diferenças entre a abordagem das escolas, ambas apresentaram ausência ou precariedade na realização de ações em conjunto com setores sociais externos à escola, como família, assistência social e setores jurídicos (Cordeiro et al, 2016). Para os autores, a abordagem intersetorial seria ideal, tendo em vista a complexidade que envolve o uso de drogas feito por adolescentes. Porém, seria necessária uma maior consolidação da escola nas bases comunitárias. Esse fator, acerca da importância da integração entre comunidade e escola, também é apontado por Sudbrack (2019) quando apresenta a proposta teórico-metodológica da Escola em Rede.

Peres et al. (2017) ao analisarem as percepções de profissionais e gestores da saúde e educação sobre a articulação intersetorial identificaram por meio das entrevistas realizadas com os profissionais do município de Florianópolis – SC, fatores importantes e limitantes para a realização do trabalho intersetorial. Como fatores importantes e que facilitam a realização de trabalho intersetorial destaca-se: a disponibilidade dos profissionais para a implantação de novas atividades, flexibilidade, desejo de fazer além das tarefas rotineiras já estabelecidas e a presença de pessoas sensíveis, engajadas e com perspectivas críticas da realidade.

Peres et al. (2017) também apontam como aspectos limitantes questões políticas, personalização das relações, dificuldade de compreender o significado de intersetorialidade, demanda de trabalho excessiva, falta de profissionais e falta de receptividade de um setor para outro. Acerca desses fatores, as autoras sinalizam que um aspecto que pode ser pontuado como relacionado a essas dificuldades é o conflito existente entre as secretarias municipais que parecem enfraquecer o laço de relação entre educação e saúde.

Apesar dessa dificuldade de relação entre secretarias seja um aspecto específico da realidade investigada, não podendo ser generalizado, pode ser relacionado a outros contextos. Portanto, tendo em vista que se os gestores não conduzem práticas intersetoriais, dificilmente as áreas irão estabelecer essa prática. Assim, as autoras identificaram a maior presença de ações multissetoriais do que intersetoriais (Peres et al., 2017).

Essas mesmas ponderações, também, são apontadas por Ferreira et al. (2012) ao apresentarem a relevância do exercício da gestão em influenciar uma atuação em rede entre os setores. Essas relações multissetoriais podem ser associadas, também, ao que Andrade (2006) aponta como dilema da intersetorialidade, no qual as políticas públicas hegemônicas funcionam de maneira setorializada, mas são propostas experiências intersetoriais. Desse modo, por exemplo, muitas ações da saúde podem ser vistas dentro da escola, mas não necessariamente ocorrem articulações das ações institucionais interligadas em um trabalho em rede. Apesar dessas dificuldades, as autoras identificaram que a realização de cursos e formações incentivaram o desenvolvimento de atividades intersetoriais de forma concreta. Desse modo, programas de prevenção ao uso de drogas podem ter forçado o desenvolvimento de ações intersetoriais. A exemplo desses programas está o “Curso Prevenção do Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas” desenvolvido pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD) (Peres et al., 2017).

Henriques et al. (2018) realizam a investigação com um terceiro ator muito importante nas relações com os adolescentes, que são os pais e responsáveis legais. Para compreender os sentimentos e as percepções dos familiares sobre a rede de apoio, cuidado e tratamento dos filhos usuários de crack e outras drogas, os autores questionaram pais e responsáveis como era para eles ter um filho que faz uso de droga. Com a organização dos depoimentos, os resultados indicaram como aspectos relevantes, a insegurança, e a dificuldade dos familiares para lidar com a dependência química e superar as barreiras impostas por ela. Diante disso, medidas rígidas e disciplinares eram apontadas pelos pais e responsáveis como necessárias para a realização do tratamento. Entretanto, políticas públicas e a atuação de ONGs também foram reconhecidas como relevantes no apoio de rede para o tratamento. Além dessas entidades religiosas, foram apontadas como espaços de socialização e fé.

É possível analisar que a percepção da relevância de medidas mais repressivas para o tratamento da dependência de drogas possa estar relacionada à falta de acesso à direitos da população entrevistada. Desse modo, a internação garantiria maior segurança para o adolescente e sua família, e aspectos como moradia e alimentação também seriam supridos. Necessidades estas que deveriam ser garantidas por diferentes políticas públicas existentes. Assim, destaca-se novamente a importância de articulação de diferentes setores para que um acompanhamento mais global seja realizado junto ao tratamento (Custódio & Silva, 2015). Destaca-se que a pesquisa foi realizada em um Centro de Referência em Saúde Mental Infanto-Juvenil (CERSAMi) de Belo Horizonte (MG), centro que possui uma proposta que vai de encontro a uma abordagem rígida. O CERSAMi também foi reconhecido como importante no tratamento e superação de barreiras do uso abusivo de drogas (Henriques et al., 2018).

Apesar do reconhecimento dos familiares acerca de diferentes apoios em rede, os resultados da pesquisa apontam para uma lacuna de políticas relacionadas especificamente a abordagem sobre drogas com crianças e adolescentes e para a fragmentação da Rede de Apoio Psicossocial (RAPS), mesmo tendo uma proposta de integração. Além disso, embora o reconhecimento das políticas públicas tenha aparecido, sobretudo o das escolas, as articulações entre educação, justiça e saúde mostram-se limitadas em suas ações (Henriques et al., 2018).

Essa desarticulação entre diferentes instâncias e ausência do poder público na atuação específica com crianças e adolescentes em relação às drogas pode estar relacionada à percepção das famílias acerca da efetividade de medidas mais rígidas de tratamento como a internação. Tendo em vista que no contexto de internação as necessidades ampliadas são supridas mais prontamente, como, por exemplo, questões relacionadas à segurança, economia e acesso a serviços (Henriques et al., 2018). Tendo em vista a desarticulação comentada anteriormente, até mesmo o ambiente escolar pode aparecer como uma ameaça ao enfrentamento do uso de drogas. Isso porque, muitas vezes, é o local de início de consumo de jovens. Assim, um local normalmente percebido como protetivo para crianças e adolescentes, aparece como fator importante para a qualidade de vida e enfrentamento ao uso de drogas. No entanto, pode tornar-se ameaçador sem os devidos apoios dos órgãos de justiça e saúde. (Henriques et al., 2018).

Esses achados estão de acordo ao que Sudbrack (2015) já apontava em suas pesquisas. A escola pode possuir diferentes contextos relacionados ao uso abusivo de álcool e outras drogas, como a oferta de drogas nas dependências da escola e situações de violência relacionadas às drogas em sala de aula, por exemplo. Esses aspectos podem ser pontos de agravo do uso e abuso de drogas no contexto escolar. Porém, com um trabalho voltado para a promoção de saúde e prevenção ao uso e abuso de álcool e outras drogas, a escola apresenta-se como protetiva. Assim, é necessário identificar as possíveis intervenções na prevenção ao uso de drogas nesse contexto.

3.3 Diagnóstico de programas com enfoque no trabalho em rede

Esse eixo é constituído por artigos que tiveram como foco a avaliação de programas ou atividades específicas voltadas ao tema do uso de drogas entre adolescentes. São esses; Rede de proteção e cuidado a crianças e adolescentes do município de Betim/MG (Passos et al., 2016); Programa em Educação para o Trabalho em Saúde (PET) em Fortaleza / CE (Almeida et al.,

2011) e Programa no CIEP 146-Cordelino Teixeira Paulo, pertencente à Rede Estadual de Ensino São Pedro da Aldeia/ RJ (Silveira & Campos, 2016).

Passos et al. (2016) realizaram o diagnóstico situacional de uma rede de cuidados considerando a participação de trabalhadores da rede de saúde infantojuvenil e da rede de proteção e defesa de direitos da criança e do adolescente. Por meio do estudo, as autoras identificaram três principais problemáticas no cotidiano do trabalho desses profissionais, sendo questões que dizem respeito ao: fluxo de rede; a prática de acolhimento; e as formas de acompanhamento de casos.

Outro aspecto apontado pelas autoras foi a ambiguidade no trabalho entre saúde e justiça. Apesar da responsabilidade de trabalho da saúde mental acerca da atuação sobre o uso de álcool e outras drogas, o órgão vinculado à SENAD, ligada ao Ministério da Justiça, continuou como referência para a atuação. A experiência na área da justiça foi apontada como eficaz para a proteção de adolescentes ameaçados pelo tráfico. Em relação à área de saúde mental, os entrevistados relataram só encaminhar casos para a área de saúde mental, CERSAMi e Centro de Atenção Psicossocial - álcool e drogas (CAPS-AD) quando observavam transtornos mentais associados ao uso de drogas. Ademais apontam que os profissionais do CAPS-AD não possuem preparo para o atendimento de adolescentes.

Assim, a falta de articulação entre saúde e justiça e a inexistência de fluxo sistematizado ou procedimentos definidos de atenção a crianças e adolescentes em situação de uso de álcool e outras drogas são aspectos percebidos como problemáticos para essa atuação. Ademais, outro ponto apresentado como dificuldade de atuação, foi a realização de trabalhos junto às famílias, tendo em vista que, muitas vezes, os responsáveis pelas crianças e adolescentes também fazem uso de álcool e outras drogas de forma prejudicial. Desse modo, a necessidade de um trabalho ampliado é apontada (Passos et al., 2016).

Na pesquisa realizada por Passos et al. (2016), um formulário de crenças e atitudes sobre o uso de drogas também foi utilizado no estudo, sendo empregado como ferramenta para debates. Nas apresentações da formação cruzada, os temas destacados pelas autoras foram: dificuldades de acesso ao serviço por parte do usuário por não haver estabilidade na concessão de transporte público; distanciamento dos gerentes do cotidiano da atenção e dos próprios usuários; uso abusivo de drogas por familiares e pessoas próximas às crianças e adolescentes; falta de qualificação dos técnicos para atender à demanda de uso abusivo de álcool e outras drogas; alta rotatividade de profissionais no serviço público; e, falta de acesso aos serviços pelo usuário em uso abusivo de álcool e outras drogas em razão de outras demandas sociais e de saúde priorizadas nas rotinas dos serviços.

Um ponto que chamou a atenção das autoras foi a ausência de investimento de tempo de trabalho dos participantes da pesquisa em ações de prevenção ao uso abusivo de álcool e outras drogas. Em geral, nos fluxos de trabalho são apresentadas apenas ações burocráticas ou diretamente relacionadas ao tratamento ou situações em que o uso prejudicial de álcool e outras drogas já existe. Ademais as autoras destacam:

Em relação à política atual para crianças e adolescentes, existem vazios de diferentes ordens. Serviços desarticulados, profissionais carentes de formação, viés ideológico no entendimento da dinâmica do uso e abuso de substâncias e do seu tratamento, legislação que ora protege e ora responsabiliza sem considerar os aspectos psicossociais das famílias desassistidas e, principalmente, falta de espaços específicos e articulados de cuidado para essa clientela que guarda especificidades em seu manejo clínico e psicossocial (Passos et al., 2016).

Isso pode ser relacionado a uma mentalidade ainda associada a abstinência do uso de drogas, repressiva e que culpabiliza o sujeito. Dessa forma, práticas de promoção de saúde e prevenção de drogas tornam-se menos presentes nas atuações dos profissionais (Borges et al., 2018).

Já com base nos estudos de Almeida et al. (2011), os autores apresentam uma descrição sobre o trabalho de educação em saúde com adolescentes, realizado por meio de oficinas, com vistas à promoção da saúde. Embora as oficinas tratassem sobre diversos assuntos, a temática da droga estava entre elas e os autores desenvolvem a descrição partindo da relevância do trabalho com a promoção de saúde de forma ampliada, considerando sua eficácia a partir de uma atuação na perspectiva da saúde coletiva.

Nos relatos apresentados, os adolescentes foram participantes ativos nas construções das oficinas, trabalhando temáticas escolhidas conforme o interesse do grupo, tais como; sexualidade, drogas; violência e saúde do adolescente. As atividades foram desenvolvidas valorizando e buscando estimular a participação ativa do grupo, não somente de forma interna, mas também em relação com a sociedade. A exemplo disso, em uma das oficinas o grupo apresentou o resultado da atividade no centro de saúde da área (Almeida et al., 2011).

Desse modo, o relato permite perceber o trabalho intersetorial como possível de ser realizado dentro do contexto escolar. Ademais, demonstra o desenvolvimento de um trabalho participativo em que não só os setores de saúde e educação se integram, mas no qual os adolescentes participam de forma ativa no processo. A participação dos jovens nesses processos pode tornar as ações e políticas públicas mais efetivas para o público ao qual se destinam (Silva & Lopes, 2009; Horta & Sena, 2010).

Na pesquisa de Silveira e Campos (2016), foi realizada uma investigação em uma escola da rede estadual de São Pedro da Aldeia/RJ, com o objetivo de analisar o funcionamento do Programa Saúde na Escola (PSE) nesse contexto. Para tanto, professores da escola foram entrevistados e apontaram problemáticas no local e possíveis soluções. Além disso, alunos, responsáveis e diretores responderam questionários acerca da percepção em relação ao PSE. Os resultados indicaram que a maior parte dos estudantes consideram importante o PSE e o avaliam como efetivo no combate ao uso de drogas. O mesmo ocorreu em relação à opinião dos responsáveis sobre o tema. A escola possuía dois diretores e ambos, também, demonstraram acreditar na efetividade do programa, considerando o papel do poder público por meio da saúde como aliado no processo educacional dos alunos (Silveira & Campos, 2016).

Assim, os autores apontam a relevância da existência de programas preventivos ao uso e abuso de álcool e outras drogas para adolescentes no contexto escolar, tendo em vista a capacidade de assimilação de conhecimento e novos hábitos por esse público. Os autores também sugerem que ações como essas podem tornar-se ainda mais efetiva com a inclusão dos pais e responsáveis no compromisso de supervisionar os adolescentes. Além de sinalizar a participação de outros setores na efetivação deste trabalho, citam como exemplo, o patrulhamento da polícia.

3.4 Análise das aproximações e distanciamentos entre categorias

Por meio da organização dos dois eixos temáticos apresentados anteriormente, *Compreensão dos atores* e *Diagnóstico de programas*, foi possível verificar aspectos comuns e singulares a cada eixo. Em síntese, o eixo *Compreensão dos atores*, formado por três artigos, foi possível identificar que os atores reconhecem a importância do trabalho intersetorial para a atuação mais efetiva junto aos adolescentes sobre a temática das drogas. Esses achados também são compartilhados por outros estudos tanto que investigam intersetorialidade (Costa et al., 2006; Custódio & Silva, 2015), como que investigam intersetorialidade especificamente em contextos que envolvem adolescência (Costa & Bigras, 2006; Souza et al., 2018).

No entanto, as dificuldades vinculadas ao desenvolvimento de ações interssetoriais continuam, pois os atores percebem lacunas nessa atuação. Essas lacunas podem envolver diferentes fatores, como: pouca quantidade de trabalhadores para alta demandas; falta de incentivo da articulação entre órgãos; falta de capacitação para profissionais de diferentes áreas e até mesmo pouca articulação entre família e educação (Cordeiro et al., 2016; Peres et al., 2017; Henriques et al., 2018).

Apesar das investigações desse eixo incluírem diferentes participantes, que de alguma forma estão engajados com a temática do trabalho em rede com adolescentes acerca das drogas, um aspecto relevante é a ausência de pesquisas realizadas com esse público em específico. Desse modo, os próprios adolescentes não foram escutados em nenhuma das três pesquisas apontadas. Isso pode demonstrar um vácuo na produção de pesquisas nesse sentido e na própria atuação intersetorial. Assim, o próprio grupo envolvido na temática parece estar sendo utilizado somente como objeto de investigações.

Esse achado pode ser relacionado a um provável apagamento do adolescente como protagonista na construção de políticas públicas e avaliações acerca das mesmas, até mesmo quando os envolvem. Esse mesmo aspecto também foi apontado por Silva

e Lopes (2009) quando situam a existência de proposições participativas nas leis, mas a ausência de efetivação dessas participações nas políticas. Horta e Sena (2010), em uma revisão sobre as políticas do Ministério da Saúde voltadas para adolescentes e jovens, também apresentam a mesma problemática.

No eixo *Diagnóstico de programas* (Almeida et al., 2011; Passos et al., 2016; Silveira & Campos, 2016), observa-se que entre os três artigos somente um não foi realizado no contexto escolar (Passos et al., 2016). No entanto, o artigo situa também o trabalho da escola na relevância da atuação intersetorial. Isso sinaliza a importância do papel das escolas na atuação interdisciplinar de prevenção ao uso e abuso de drogas entre os adolescentes (Sudbrack, 2015).

Entretanto, apenas um dos artigos encontrados (Almeida et al. 2011) trabalha com a temática de promoção de saúde e com adolescentes de forma presente, ou seja, realizando um trabalho não só com os profissionais. Isso pode ser uma forma de incluir o adolescente como protagonista no processo, o que não ocorreu também, nas pesquisas do primeiro eixo, que tratavam de outros atores.

Embora apenas o artigo de Passos et al. (2016) situe a ausência da realização de trabalho de promoção de saúde nas entrevistas realizadas, observa-se que, mesmo nas outras investigações apontadas, a atuação somente passa a existir após o momento no qual a problemática da droga já está desenvolvida. Esse achado pode ser relacionado, também, ao que apontam Borges, Jesus e Schneider (2018) apontando que ações voltadas para prevenção do uso de drogas ocorrem em um contexto de prevalência do fenômeno.

Em uma revisão integrativa acerca da promoção de saúde e prevenção de drogas, as autoras (Borges et al., 2018) identificaram que embora os estudos encontrados apontassem métodos e teorias para a promoção de saúde e prevenção ao uso de drogas, pouco foi encontrado sobre a atuação prática desses preceitos. Ademais, embora os estudos apresentassem práticas que buscavam alinhamento com políticas públicas existentes, que possuem uma percepção ampliada de saúde e multideterminada sobre o uso de drogas, resquícios de uma racionalidade reducionista e de culpabilização do sujeito ainda eram identificadas.

Considerando os achados da presente revisão, observa-se que os artigos tratam sobre a realidade do trabalho intersetorial realizado com adolescentes e consideram a relevância do contexto escolar para tal. Entretanto, somente dois dos artigos apresentados tratam especificamente sobre a realidade vivenciada nas escolas (Almeida et al., 2011; Silveira & Campos, 2016). Os demais artigos citam a relevância do contexto educacional para o trabalho, porém apresentando-o somente como um dos elementos que faz parte desse trabalho em rede.

Apesar do Programa Saúde na Escola (PSE) ter sido citado em dois dos artigos (Peres, Grigolo & Schneider, 2017; Silveira & Campos, 2016), os aspectos que envolvem tal programa são apresentados somente de forma pontual. O que pode sinalizar a ausência de pesquisas que trabalhem o aspecto da intersetorialidade dentro da escola a partir dessa política pública. Isso possivelmente indica a necessidade de mais investigações nesse sentido. Tendo em vista que o PSE foi iniciado em 2007 (Brasil, 2007), os achados apontam uma escassez de produção e discussões acerca do programa no que tange ao trabalho com adolescentes acerca da prevenção ao uso e abuso de drogas.

Ainda em relação às políticas públicas, foi possível observar que apesar da relevância da Rede de Apoio Psicossocial (RAPS), apenas um (Henriques et al., 2018) entre os seis artigos trouxe a Rede como um fator relacionado ao trabalho de atuação intersetorial para o contexto de álcool e outras drogas. Esperava-se que a Rede fosse mais citada, tendo em vista que uma das propostas da RAPS é a de integrar pontos de atenção para atendimento de pessoas com problemas mentais, o que deve incluir o uso abusivo de álcool e outras drogas (Brasil, 2011).

A RAPS tem como uma de suas abordagens a atuação por meio da lógica da redução de danos e, talvez a escassez de comentários sobre a Rede nos artigos encontrados pode estar relacionada, também, à ausência de trabalhos que abordam essa perspectiva (Brasil, 2011). A redução de danos propõe um novo paradigma de atuação em relação às drogas, que vai de encontro

a uma política anti-droga e de abstinência, respeitando os usuários de drogas como protagonistas de ações, e que considera uma perspectiva do cuidado de si (Passos & Souza, 2011).

4. Considerações Finais

A partir dos resultados dessa pesquisa, foi possível perceber que tanto nas pesquisas agrupadas no eixo *Compreensão dos atores*, como nas do eixo *Diagnóstico e avaliação de programas*, o trabalho intersetorial/trabalho em rede foi reconhecido como relevante para a atuação do combate ao uso e abuso de drogas entre adolescentes. Entretanto, também, em ambos os eixos, as pesquisas demonstravam dificuldades para a efetivação dessa atuação de forma prática.

Outro aspecto comum em ambos os eixos é a escassez de trabalhos com os adolescentes como protagonistas, seja como participantes das pesquisas do primeiro eixo ou nas avaliações e participações dos programas do segundo eixo. Denota-se uma maior necessidade de fornecer ferramentas para protagonismo dos jovens em ambos os contextos.

Ademais, a exposição insuficiente de temas como promoção de saúde, prevenção ao uso de drogas e trabalho com redução de danos sinaliza a necessidade pungente de discussões sobre esses temas nos contextos educacionais, jurídicos e de saúde. Paralelo a isso, a pouca presença da RAPS nas discussões dos artigos encontrados também chama atenção, tendo em vista que a Rede possui esses preceitos como parte da forma de atuação proposta.

Por fim, ressalta-se a necessidade de uma ampliação da atuação prática partindo da perspectiva do trabalho intersetorial/trabalho em rede para atuar com adolescentes a temática de uso e abuso de drogas. Dessa forma, indica-se mais investigações que busquem compreender como estão sendo realizadas essas atuações. Além disso, a escassez de abordagem da temática a partir da promoção de saúde, prevenção ao uso de drogas e trabalho com redução de danos pode sinalizar a necessidade de mais cursos e formações continuadas para os profissionais que atuem com o assunto e também os outros atores envolvidos como pais e responsáveis e os próprios adolescentes.

Referências

- Akerman, M. , Sá, R. F.; Moyses, S.; Rezende, R. & Rocha, D. 2014. Intersetorialidade? IntersetorialidadeS!. *Ciência & saúde coletiva*, 19(11), 4291-4300.
- *Almeida, J. R. S., Oliveira, N. C., Moura, E. R. F., Sabóia, V. P. A., Mota, M. V. & Pinho, L. G. M. 2011. Oficinas de promoção de saúde com adolescentes: relato de experiência. *Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste*, 12 (n.e.), 1052-1058.
- Andrade, L. O. M. 2004. A saúde e o dilema da intersetorialidade. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- Bastos, F. I. P. M., Vasconcelos, M. T. L., Bonni, R. B., Reis, N. B. & Coutinho, C. F. S. 2017. III Levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas pela População Brasileira. Brasília: ICICT/ Fiocruz.
- Borges, C. D., Jesus, L. O. & Schneider, D. R. 2018. Prevenção e promoção da saúde: revisão integrativa de pesquisas sobre drogas. *Revista Psicologia em Pesquisa*, 12(2), 1-9.
- Brasil. Decreto nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html.
- Brasil. Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007. Institui o Programa Saúde na Escola - PSE, e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6286.htm .
- Brasil. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. <http://legis.senado.gov.br/legislacao/DefaultDocumento.action?id=132863>.
- *Cordeiro, I. L. S, Silva, D. M. A. & Vecchia, M. D. 2016. A escola diante do aluno que faz uso de álcool e drogas: O que dizem os professores?. *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 11(2), 356-368.
- Costa, A. M., Pontes, A. C. R. & Rocha, D. G. 2006. Intersetorialidade na produção e promoção da saúde. In: Castro, A.; Malo, M. SUS: ressignificando a promoção da saúde. São Paulo: Hucitec, p. 91-115.
- Costa, M. C. O. & Bigras, M. 2007. Mecanismos pessoais e coletivos de proteção e promoção da qualidade de vida para a infância e adolescência. *Ciência & Saúde Coletiva*, 12(5), 1101-1109.

Custódio, A. V. & Silva, C. R. C. 2015. A intersetorialidade nas políticas sociais públicas. Seminário Nacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea.

Ferreira, I. R. C., et al. 2012. Diplomas Normativos do Programa Saúde na Escola: análise de conteúdo associada à ferramenta ATLAS TI. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(12), p. 3385-3398.

Fiocruz/Senad. 2019. Curso Saúde e Segurança na Escola – Edição 2019. <https://senad.fiocruz.br/tutores/mod/page/view.php?id=406&forceview=1>

*Henriques, BD, Reinaldo, MAS, Ayres, LFA, Lucca, MS & Rocha RL. 2018. Uso de crack e outras drogas: percepção familiar em relação à rede de suporte em um centro de referência. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 23(10). 3453-3462.

Horta, N. C. & Sena, R. R. 2010. Abordagem ao adolescente e ao jovem nas políticas públicas de saúde no Brasil: um estudo de revisão. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 20(2), 475-495.

IBGE. PENSE 2015: 55,5% dos estudantes já consumiram bebida alcoólica e 9,0% experimentaram drogas ilícitas. 2017. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/9501-pense-2015-55-5-dos-estudantes-ja-consumiram-bebida-alcoolica-e-9-0-experimentaram-drogas-ilicitas>.

Passos, E. H. & Souza, T. P. Redução de danos e saúde pública: construções alternativas à política global de "guerra às drogas". *Psicologia & Sociedade*, 23(1), 154-162, 2011.

*Passos, I. C. F., Reinaldo M. A. S., Barboza, M. A. G., Braga G. A. R. & Ladeira, K. E. 2016. A rede de proteção e cuidado a crianças e adolescentes do município de Betim/MG e os desafios do enfrentamento ao uso abusivo de crack, álcool e outras drogas. *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 11(3), 583-601.

*Peres, G. M., Grigolo, T. M. & Schneider, D. R. 2017. Desafios da intersetorialidade na implementação de Programa de Prevenção ao Uso Abusivo de Drogas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(4), 869-882.

Silva, A. F. & Ávila, G. N. 2015. O Estigma Do Jovem Morador Da Periferia: Um "Rolezinho" Criminológico Sobre Preconceito. *Rev. Fac. Dir. Sul de Minas*, 17(2), 217-240.

Silva, C. R. & Lopes, R. E. 2009. Adolescência e juventude: entre conceitos e políticas públicas. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 17(2), 87-106.

*Silveira, M. R. & Campos, R. E. 2016. O papel do estado no combate aos entorpecentes: análise do programa Saúde na Escola. *Revista Sustinere*, 4(1), 47-60.

Souza, M. L. P., Conceição, M. I. G & Sudbrack, M. F. O. 2018. A Escola como Comunidade Educativa e Protetiva: a experiência do Prodequi/UnB na prevenção do uso abusivo de drogas. In: Sudbrack, M. F. O.; Conceição, M. I. G.; & Adorno, R. *Drogas e transição de paradigmas: compartilhando saberes e construindo fazeres (227-250)*. Brasília: Technopolitik.

Sudbrack, M. F. O. 2015. A escola como contexto protetivo na prevenção do uso de drogas: desafios e conquistas do prodequi/unb na formação continuada de educadores de escolas públicas. In: Fernandez, OFRL, Andrade, MM & Nery Filho, N. (org.). *Drogas e políticas públicas: educação, saúde coletiva e direitos humanos (85-89)*. Salvador: Edufba.

Sudbrack, M. F. O. 2019. A escola em rede: a prevenção da drogadição no paradigma do trabalho comunitário e da prática de redes. In: Dalbosco, C, Veiga, J & Sudbrack, MFO. *Prevenção ao uso de álcool e outras drogas no contexto escolar e outros espaços: fortalecendo as redes sociais e de cuidados (141-172)*. Brasília: Technopolitik.